



Parecer da Comissão Nº 01/2024 ao(à) Lei Complementar Nº 50/2024

Autoria: Comissão de Legislação,
Justiça e Redação
Nº do Protocolo: 321/2024
Protocolado em: 02/09/2024 17h10

“Dispõe sobre a retificação da numeração das Leis 2.873/2024, 2.874/2024 e 2.875/2024 do Município de Aimorés/MG e dá outras providências”.

Parecer da Comissão

Projeto de Lei Complementar nº: 050/2024.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

Ementa: “Dispõe sobre a retificação da numeração das Leis 2.873/2024, 2.874/2024 e 2.875/2024 do Município de Aimorés/MG e dá outras providências”.

Comissão: Legislação, Justiça e Redação.

I - RAZÕES DO PARECER

Trata-se de parecer solicitado sobre a legalidade e regularidade do **Projeto de Lei Complementar nº 050/2024**, de autoria do Poder Executivo.

Em sua justificativa o Executivo apresentou que o presente projeto tem como objetivo a alteração da numeração das leis municipais sancionadas pelo Poder Executivo em decorrência de erro de numeração, procedimento administrativo de controle das leis realizado pela Prefeitura Municipal.

A Constituição Federal remete à Lei Orgânica do Município a organização da função legislativa municipal, a teor do disposto no art. 29, inciso XI.

A Constituição Federal vigente ampliou significativamente a atuação do Poder Legislativo Municipal ao atribuir ao município competência para legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual no que couber.

Destaca-se que o artigo 10, I da Lei Orgânica Municipal diz que compete ao Município legislar sobre interesses de assunto local, com o objetivo de bem estar da sua população e desenvolvimento de suas funções sociais.

A função primordial do Município, numa extensão da função do Estado é a prestação de serviços públicos que visem atender às necessidades dos munícipes.

A Comissão analisando o projeto sob o prisma da legalidade jurídica, não encontrou a princípio, qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade.





MUNICÍPIO DE AIMORÉS
ESTADO DE MINAS GERAIS
PODER LEGISLATIVO



Ante o exposto, e salvo melhor juízo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, **é de parecer favorável à aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 050/2024.

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2024.

Analdo Gomes da Silva
Vereador(a)

André Vidal de Freitas
Vereador(a)

Rodrigo Gomes
Vereador(a)

Documento assinado digitalmente por Analdo Gomes da Silva, André Vidal de Freitas, Rodrigo Gomes conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: cmailmores.gvouvidoria.com.br/validador e informe o código **MMIYC-BTKB7-1ZCOT-ZXZDQ-QJ2BB** ou escaneie o QR Code do cabeçalho.





MUNICÍPIO DE AIMORÉS
ESTADO DE MINAS GERAIS
PODER LEGISLATIVO



EXTRATO DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Documento: Parecer da Comissão Nº 01/2024 ao(à) Lei Complementar Nº 50/2024

Status: processo de assinatura **FINALIZADO**

Data da Versão do Doct.: 02/09/2024 15:37:45

Hash Interno: c9v8epumrstskrivkeours91dazv7q1asfhikcwk



Chave de Verificação

MMIYC-BTKB7-1ZCOT-ZXZDQ-QJ2BB

Para verificar a autenticidade deste extrato, acesse: www.cmaimores.gvouvidoria.com.br/validador e informe a chave de verificação.

Lista de Signatários Deste Documento

CPF	Nome Completo	Status da Assinatura
079.***.***-33	Analdo Gomes da Silva	Assinado em 02/09/2024 17:09
567.***.***-53	André Vidal de Freitas	Assinado em 02/09/2024 17:09
080.***.***-80	Rodrigo Gomes	Assinado em 02/09/2024 17:09

Documento assinado digitalmente por Analdo Gomes da Silva, André Vidal de Freitas, Rodrigo Gomes conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. Para verificar a autenticidade deste documento, acesse: cmaimores.gvouvidoria.com.br/validador e informe o código MMIYC-BTKB7-1ZCOT-ZXZDQ-QJ2BB ou escaneie o QR Code do cabeçalho.

